



Lei nº 701/2005

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Administração Empreendedora

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de Água Branca, relativo ao exercício de 2006, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, no artigo 81, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Água Branca, e no artigo 4º, da Lei Complementar n.º 101, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para elaboração da lei orçamentária anual e suas alterações;
- IV - as diretrizes para execução da lei orçamentária anual;
- V - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII - as disposições finais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º - Em consonância com o Plano Plurianual para o período de 2006 a 2009, constitui prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2006:

- I - melhoria do Ensino Público Municipal, através do aumento de vagas, da recuperação das instalações físicas, do treinamento dos recursos humanos e renovação instrumental de sua rede escolar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Administração Empreendedora

II - manutenção da municipalização do ensino;

III - oferecer educação fundamental de qualidade em que a formação básica do cidadão possibilite a sua participação na vida econômica, social e política do País;

IV - assegurar gratuitamente aos jovens e adultos, oportunidades educacionais apropriadas, considerando suas características, interesses, condições de vida e de trabalho;

V - manter o funcionamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;

VI - desenvolver ações de combate ao analfabetismo, de cunho sócio-educativas, visando a construção da cidadania, articulando para isso as várias instituições que compõem a estrutura social;

VII - expandir e qualificar a oferta de serviços e ações na área de saúde, em consonância com as diretrizes da Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde, promover investimentos na área de Assistência Médica, Sanitária, Saúde Materno-Infantil, Alimentação, Nutrição e afins;

VIII - manter o processo de municipalização da saúde, incentivando a gestão plena do Sistema Municipal;

IX - Melhorar e ampliar o nível de resolutividade da Assistência a Saúde;

X - aprimorar o gerenciamento do Sistema de Saúde no Município;

XI - atuar em parceria com a sociedade organizada, a iniciativa privada e os Governos Estadual e Federal no combate à pobreza, ao desemprego e à fome;

XII - promover a desburocratização e informação da Administração Municipal, facilitando o acesso do cidadão e do contribuinte às informações de seu interesse;

XIII - melhoria da qualidade de vida da população e amparo à criança;

XIV - aperfeiçoamento de recursos humanos e valorização do servidor público;

XV - desenvolvimento e crescimento econômico, visando aumentar a participação do Município na Renda Estadual e geração de empregos;

XVI - ampliação da capacidade instalada de atendimento ambulatorial e implantação de atendimento médico hospitalar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Administração Empreendedora

XVII - adequar e modernizar a infra-estrutura do Município às exigências do crescimento econômico e do desenvolvimento social;

XVIII - apoiar o setor agropecuário visando a melhoria da produtividade e qualidade do setor, com fortalecimento da produção cafeeira, abertura e recuperação de estradas vicinais, implementar o programa de eletrificação rural junto a outros governos, e outras atividades afins;

XIX - apoiar o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, viabilizando a permanência do trabalhador no campo, com melhores condições de vida;

XX - expandir o sistema de esgotos, sistema de captação de águas pluviais, drenagem e construção de galerias;

XXI - melhorar as condições viárias do Município;

XXII - apoiar, estimular e divulgar a promoção cultural;

XXIII - exercer a fiscalização ostensiva dos agentes poluentes, protegendo os recursos naturais e renováveis;

XXIV - melhoria de atendimento das necessidades básicas na área de habitação popular, visando minimizar o Déficit Habitacional do Município em parceria com os Governos Federal e Estadual, investir na Urbanização dos Bairros, dotando-os de pavimentação de vias urbanas, melhorando os serviços de utilidade pública;

XXV - promover melhoria de atendimento das necessidades básicas na área de Assistência Social Geral, subvencionando as Entidades de Ensino Especial, de amparo à velhice, de amparo as crianças de zero a 06 (seis) anos de idade, em consonância com as Diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social, bem como no patrocínio de eventos comunitários, priorizando as comunidades carentes;

XXVI - utilização de parceria para viabilizar o desenvolvimento, articulando com órgãos Federais, Estaduais, Municipais, entidades privadas e Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais com vista à captação de recursos para a realização de programas de projetos que promovam o desenvolvimento econômico, social, cultural e turístico do Municipal de Água Branca;

XXVII - Facilitar a criação, o crescimento e a consolidação de empreendimentos de pequeno porte, como forma de incentivar o desenvolvimento socioeconômico planejado e equilibrado ajudando a reduzir as diferenças sociais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Administração Empreendedora

Art. 3º - Observadas as prioridades definidas no Artigo anterior, as metas programáticas correspondentes, terão procedência na alocação dos recursos orçamentários de 2006, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social obedecerão a estrutura organizacional em vigor e discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional e a programática, especificando para cada projeto, atividade ou operação especial, suas respectivas dotações e indicarão a categoria econômica, os grupos de natureza de despesa, as modalidades de aplicação e os elementos de despesa.

§ 1º - A classificação funcional-programática seguirá o disposto na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão.

§ 2º - Os programas, classificadores da ação governamental integrantes da estrutura programática, são os definidos pelo Plano Plurianual 2006-2009.

§ 3º - Na indicação do grupo de natureza da despesa a que se refere o *caput* deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações:

- a) pessoal e encargos sociais (1)
- b) juros e encargos da dívida (2)
- c) outras despesas correntes (3)
- d) Investimentos (4)
- e) Inversões financeiras (5); e
- f) Amortização da dívida (6)

Art. 5º - A Reserva de Contingência, será identificada pelo dígito 9, no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

Art. 6º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Administração Empreendedora

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitados no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulte um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária anual, bem como, suas propostas de modificação nos termos do parágrafo 5º, do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal, serão apresentados na forma e com detalhamento estabelecidos nesta Lei.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DA LEI
ORÇAMENTÁRIA ANUAL E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 8º - As diretrizes gerais para elaboração do orçamento anual do Município, compreendem:

I - as receitas e despesas e o programa de trabalho deverão obedecer a classificação constante do Anexo II da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, e de suas alterações posteriores.

Art. 9º - O Orçamento do Município será elaborado e executado visando garantir o equilíbrio entre receitas e despesas e a manutenção da capacidade de investimento.

Art. 10 - No projeto de lei orçamentária anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados até o mês de dezembro de 2006.

Art. 11 - Na programação da despesa, serão observadas restrições no sentido de que:

I - nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;

II - não poderão ser incluídas despesas a título de Investimento - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, § 3º, da Constituição Federal;

III - o Município só contribuirá para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, quando atendido o artigo 62, da Lei Complementar 101, de 04.05.2000;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Administração Empreendedora

IV - não serão destinados recursos para atender despesas com pagamento, a qualquer título, a servidor da administração municipal direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeada com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

V - não serão destinados recursos para atender despesas com Auxílios para Instituições Privadas, ressalvadas as de caráter assistencial, médico e educacional, sem finalidade lucrativa.

Art. 12 - Os órgãos da administração indireta terão seus orçamentos para o exercício de 2006, incorporados à proposta orçamentária do Município, caso, sob qualquer forma ou instrumento legal, recebam recursos do tesouro municipal ou administrem recursos e patrimônio do Município.

Art. 13 - Somente serão incluídas, na lei orçamentária anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do projeto de lei do orçamento à Câmara Municipal.

Art. 14 - As dotações nominalmente identificadas na lei orçamentaria anual da União e do Estado poderão constituir fontes de recursos para inclusão de projetos da lei orçamentária anual do Município.

Art. 15 - Considerando o parágrafo único do artigo 8º, da Lei Complementar n.º 101, fica entendido como receita corrente líquida a definição estabelecida no artigo 2º, inciso IV, da citada Lei, excluindo os recursos legalmente vinculados a finalidade específica inclusive seus rendimentos, que serão utilizados exclusivamente para atender ao objetivo de sua vinculação.

Art. 16 - A receita corrente líquida será destinada, prioritariamente, aos custeios administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, à contrapartida das operações de crédito e às vinculações - Fundos, observados os limites impostos pela Lei Complementar n.º 101, de 04.05.2000.

Art. 17 - Na programação de investimentos será observado o seguinte princípio:

I - novos projetos somente serão incluídos na lei orçamentária depois de atendidos os em andamento, ressalvados aqueles custeados com recursos de convênios específicos e as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de crédito.

Art. 18 - Os valores relativos a precatórios, deverão ser incluídos no orçamento da entidade de direito público, devendo as dotações orçamentárias e os créditos abertos serem consignados ao Tribunal de Justiça para pagamento, conforme disposto no artigo 100 e parágrafos da Constituição Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Administração Empreendedora

Art. 19 - As dotações a título de Subvenções Sociais a serem concedidas pelo Poder Público, somente serão incluídos na lei orçamentária anual e em seus respectivos créditos adicionais para atender as despesas com Instituições Privadas de caráter assistencial, médico e educacional, e associações de produtores rurais, sem finalidade lucrativa.

Art. 20 - A lei orçamentária anual conterá dispositivo autorizando o Poder Executivo a abrir Créditos Suplementares de acordo com o estabelecido no artigo 7º, inciso I da Lei Federal n.º 4.320/64

Parágrafo Único - As alterações do Quadro de Detalhamento de Despesa – Q.D.D. - nos níveis de modalidade de aplicação e elemento de despesa, observada os mesmos projetos/atividades e unidade orçamentária, poderão ser realizadas para atender às necessidades de execução, mediante publicação de portaria e Atos do Poder Executivo e no que couber do Poder Legislativo.

Art. 21 - A dotação consignada para Reserva de Contingência será fixada em valor equivalente a 5% (cinco por cento), no máximo, da receita, incluída os resultantes de transferências constitucionais do Estado e da União.

Art. 22 - As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesa, os quais serão modificados independentemente de nova publicação.

Art. 23 - Acompanhará a lei orçamentária anual, além dos demonstrativos previstos no Artigo 2º, parágrafo 1º e 2º da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, a demonstração dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento da aplicação de 25% (vinte e cinco por cento), das receitas provenientes de impostos, prevista no Artigo 212 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 24 - Ficam as seguintes despesas sujeitas à limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas no artigo 31, bem como se o comportamento da execução da receita não for suficiente ao atendimento da programação financeira de que trata o artigo 8º da Lei Complementar 101, de 04.05.2000:

I - despesas com obras e instalações, aquisição de imóveis e compra de equipamentos e material permanente;

II - despesas de custeio cujos recursos fixados no orçamento 2006, excedam os valores realizados no exercício anterior;

Parágrafo Único - Não serão passíveis de limitação as despesas concernentes às ações nas áreas de educação e saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Administração Empreendedora

Art. 25 - Fica excluída da proibição prevista no artigo 22, parágrafo único, inciso V, da Lei Complementar 101, de 04.05.2000, a contratação de hora extra para pessoal em exercício nas secretarias municipais de saúde e de educação.

Art. 26 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se observado o limite estabelecido no artigo 20, inciso III da Lei Complementar 101, de 04.05.2000;

III - se alterada a legislação vigente;

IV - na admissão ou contratação de pessoal, será observado a realização de concurso, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso II a IV e IX da Constituição Federal e artigo 15, incisos II a IV e VII da Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 27 - Na estimativa das receitas constante do projeto de lei orçamentária serão considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária.

§ 1º - Ocorrendo alterações na legislação tributária, posteriores ao encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual à Câmara Municipal, que impliquem excesso de arrecadação em relação à estimativa de receita constante do referido projeto de lei, os recursos adicionais serão objeto de crédito adicional, no decorrer do exercício de 2006.

§ 2º - Quaisquer projetos de lei que resultem em redução de encargos tributários para setores da atividade econômica ou regiões da cidade deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I - atendimento do artigo 14, da Lei Complementar n.º 101, de 04.05.2000;

II - demonstrativo dos benefícios de natureza econômica ou social;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Administração Empreendedora

III - apreciação preliminar pela Secretaria Municipal de Finanças, no caso do IPTU, ITBI e taxa de limpeza pública.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28 - São vedados quaisquer procedimentos, no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 29 - Caso o projeto de lei orçamentária não seja sancionado até 31 de dezembro de 2005, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta remetida a Câmara Municipal, enquanto a respectiva Lei não for sancionada.

§ 1º - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

§ 2º - Eventuais saldos negativos, apurados em consequência de emendas apresentadas ao projeto de lei na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, através da abertura de créditos adicionais.

§ 3º - Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo ser movimentadas em sua totalidade, as dotações para atender despesas com:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - benefícios previdenciários;
- III - serviço da dívida;
- IV - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;
- V - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências da União e do Estado;
- VI - categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação àqueles recursos previstos no inciso anterior.



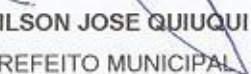
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Administração Empreendedora

Art. 30 - O Poder Executivo definirá, por meio de ato próprio, as despesas consideradas irrelevantes, em atendimento ao artigo 16, § 3º, da Lei Complementar n.º 101, de 04.05.2000.

Art. 31 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Branca, Estado do Espírito Santo, em 12 de Julho de 2005.


JAILSON JOSE QUIUQUI
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Administração Empreendedora

ANEXO DE METAS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso I da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000)

Deixamos de apresentar a Avaliação a que se refere o Inciso I do § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, pela não exigência da elaboração de ANEXO DE METAS FISCAIS, anteriormente à vigência do citado diploma legal.

O município de Águia Branca possui menos de 50.000 habitantes, não estando obrigado a elaborar o referido anexo, no exercício em questão, conforme art. 63, inciso III da LRF. Assim, a elaboração do demonstrativo em questão fica impossibilitada por não termos informações referentes à meta prevista para o exercício de 2004.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Administração Empreendedora

ANEXO DE METAS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso II da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000)

Deixamos de apresentar os comparativos a que se refere o Inciso II do § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, pela não exigência da elaboração de ANEXO DE METAS FISCAIS, anteriormente à vigência do citado diploma legal.

O município de Águia Branca possui menos de 50.000 habitantes, não estando obrigado a elaborar o referido anexo, no exercício em questão, conforme art. 63, inciso III da LRF. Assim, a elaboração do demonstrativo em questão fica impossibilitada por não termos informações referentes à meta prevista para o exercício de 2004.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Administração Empreendedora

ANEXO DE METAS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso V da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000)

A Administração Municipal manterá rígido controle na execução orçamentária, no sentido de obtenção do necessário equilíbrio financeiro; buscará evitar despesas novas.

A Expansão das despesas de caráter continuado deverá ter recursos dotados no orçamento fazendo parte das metas fiscais previstas para o exercício.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Administração Empreendedora

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso V da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000)

Informamos que a Prefeitura Municipal de Água Branca, atendendo ao disposto no art. 4 § 2º, Inciso V, da LRF Lei de Responsabilidade Fiscal, não pretende efetivar nenhum tipo de renúncia de receita compreendida como incentivos fiscais, anistias, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.

Entretanto, se concedidas, deverão ser de interesse Municipal comprovado, e atenderem o Artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Administração Empreendedora

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
(Artigo 4º, Parágrafo 3º, da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000)

Eventuais passivos contingentes e outros riscos fiscais serão atendidos pela Reserva de Contingência, cujos recursos serão alocados na Lei Orçamentária anual, suficientes para sua cobertura.



Prefeitura Municipal de Águia Branca

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
Art. 4º, §1º da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2006			2007			2008		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100
Receita Total	12.247.000,00	11.653.820,53	0,039	12.892.000,00	11.714.648,54	0,040	13.549.000,00	11.770.218,65	0,040
Receita Não-Financeira (I)	11.727.000,00	11.159.006,57	0,038	12.322.000,00	11.196.703,32	0,038	12.968.000,00	11.265.495,27	0,038
Despesa Total	12.247.000,00	11.653.820,53	0,039	12.892.000,00	11.714.648,54	0,040	13.549.000,00	11.770.218,65	0,040
Despesa Não-Financeira (II)	11.992.000,00	11.411.171,38	0,039	12.625.000,00	11.472.032,09	0,039	13.263.600,00	11.522.287,40	0,039
Resultado Primário	-265.000,00	-252.164,81	-0,001	-303.000,00	-275.328,77	-0,001	-295.600,00	-256.792,13	-0,001
Resultado Nominal	-17.494,40	-16.647,06	0,000	-17.048,44	-15.491,51	0,000	-17.399,23	-15.114,97	0,000
Dívida Pública Consolidada	170.245,80	162.000,00	0,001	178.281,40	162.000,00	0,001	186.482,34	161.999,99	0,001
Dívida Consolidada Líquida	-361.195,71	-343.701,31	-0,001	-378.244,15	-343.701,31	-0,001	-395.643,38	-343.701,31	-0,001

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2006	2007	2008
PIB real (crescimento % anual)	3,71	3,62	3,68
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	6,03	4,99	3,71
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	2,96	3,07	3,17
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	5,09	4,72	4,60
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	31.182.000.000,00	32.429.000.000,00	33.727.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2006	2007	2008
Valor Corrente / 1,0509	Valor Corrente / 1,1005	Valor Corrente / 1,1511

Águia Branca-ES, 12 de Julho de 2005

JAILSON JOSÉ QUIDQUI
Prefeito Municipal

MARGARETH J. OLIVEIRA
Contador CRC-ES nº 6.900



Prefeitura Municipal de Água Branca

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2003	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
Receita Total	7.045.662,53	9.276.061,92	31,7	11.160.000,00	20,3	12.247.000,00	9,7	12.892.000,00	5,3	13.549.000,00	5,1
Receita Não-Financeira (I)	6.657.309,94	9.076.704,19	36,3	10.457.300,00	15,2	11.727.000,00	12,1	12.322.000,00	5,1	12.968.000,00	5,2
Despesa Total	6.559.639,20	9.256.408,47	41,1	11.160.000,00	20,6	12.247.000,00	9,7	12.892.000,00	5,3	13.549.000,00	5,1
Despesa Não-Financeira (II)	6.554.851,22	9.235.214,04	40,9	11.146.500,00	20,7	11.992.000,00	7,6	12.625.000,00	5,3	13.263.600,00	5,1
Resultado Primario (I - II)	102.458,72	-158.509,85	-254,7	-689.200,00	0,0	-265.000,00	-61,6	-303.000,00	0,0	-295.600,00	0,0
Resultado Nominal	-54.895,08	-133.986,46	144,1	121.630,86	-190,8	-17.494,40	-114,4	-17.048,44	-2,5	-17.399,23	2,1
Dívida Pública Consolidada	52.646,65	15.923,62	-69,8	162.000,00	917,4	170.245,80	5,1	178.281,40	4,7	186.482,34	4,6
Dívida Consolidada Líquida	-331.345,71	-465.332,17	40,4	-343.701,31	-26,1	-361.195,71	5,1	-378.244,15	4,7	-395.643,38	4,6

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2003	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
Receita Total	8.020.080,48	9.813.145,91	22,4	11.160.000,00	13,7	11.653.820,53	4,4	11.714.648,54	0,5	11.770.218,65	0,5
Receita Não-Financeira (I)	7.578.018,57	9.602.245,36	26,7	10.457.300,00	8,9	11.159.006,57	6,7	11.196.703,32	0,3	11.265.495,27	0,6
Despesa Total	7.466.839,93	9.792.354,52	31,1	11.160.000,00	14,0	11.653.820,53	4,4	11.714.648,54	0,5	11.770.218,65	0,5
Despesa Não-Financeira (II)	7.461.389,77	9.769.932,93	30,9	11.146.500,00	14,1	11.411.171,38	2,4	11.472.032,09	0,5	11.522.287,40	0,4
Resultado Primário (I - II)	116.628,80	-167.687,57	-243,8	-689.200,00	0,0	-252.164,81	0,0	-275.328,77	0,0	-256.792,13	0,0
Resultado Nominal	-62.487,09	-141.744,28	126,8	121.630,86	-185,8	-16.647,06	-113,7	-15.491,51	-6,9	-15.114,97	-2,4
Dívida Pública Consolidada	59.927,70	16.845,60	-71,9	162.000,00	861,7	162.000,00	0,0	162.000,00	0,0	161.999,99	0,0
Dívida Consolidada Líquida	-377.170,95	-492.274,90	30,5	-343.701,31	-30,2	-343.701,31	0,0	-343.701,31	0,0	-343.701,31	0,0

(R\$)

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

INDICES DE INFLAÇÃO					
2003	2004	2005	2006*	2007*	2008*
9,30	7,60	5,79	5,09	4,72	4,60
VALORES DE REFERÊNCIA					
Valor Corrente x 1,1383	Valor Corrente x 1,0579	Valor Corrente x 1,0000	Valor Corrente / 1,0509	Valor Corrente / 1,1005	Valor Corrente / 1,1511

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Água Branca-ES, 12 de Julho de 2005

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

MARGARETH J. OLIVEIRA
Contador CRC-ES nº 6.900



Prefeitura Municipal de Água Branca

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
Art. 4º, §2º, inciso III da LRF

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(R\$)					
	2004	%	2003	%	2002	%
Patrimônio/Capital	6.331.411,60	98,54	5.838.953,81	92,22	5.110.665,66	87,53
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	93.852,13	1,46	492.457,79	7,78	728.288,15	12,47
TOTAL	6.425.263,73	100,00	6.331.411,60	100,00	5.838.953,81	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(R\$)					
	2004	%	2003	%	2002	%
Patrimônio/Capital	380.545,51	51,36	98.449,24	25,87	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	360.396,70	48,64	282.096,27	74,13	98.449,24	100,00
TOTAL	740.942,21	100,00	380.545,51	100,00	98.449,24	100,00

Água Branca-ES, 12 de Julho de 2005


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

MARGARETH J. OLIVEIRA
Contador CRC-ES nº 6.900



Prefeitura Municipal de Água Branca

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
Art. 4º, §2º, inciso III da LRF

(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2004 (a)	2003 (d)	2002
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	0,00	122.050,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	14.100,00	121.000,00	0,00
TOTAL	14.100,00	243.050,00	0,00

DESPESAS LIQUIDADAS	2004 (b)	2003 (e)	2002
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	14.100,00	243.050,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	14.100,00	243.050,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(c)=(a-b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
	0,00	0,00	0,00

Água Branca-ES, 12 de Julho de 2005

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

MARGARETH J. OLIVEIRA
Contador CRC-ES nº 6.900



Prefeitura Municipal de Águia Branca

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a da LRF

(R\$)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2002	2003	2004
RECEITAS CORRENTES	104.599,24	303.318,69	383.218,78
Receita de Contribuições	104.129,16	257.088,48	289.216,22
Pessoal Civil	52.064,58	127.044,27	144.608,11
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	52.064,58	130.044,21	144.608,11
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	427,30	46.230,21	94.002,56
Outras Receitas Correntes	42,78	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
REPASSE PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal do Exercício	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
REPASSE PREVID.PARA COBERTURA DE DÉFICIT	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS	104.599,24	303.318,69	383.218,78

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2002	2003	2004
ADMINISTRAÇÃO GERAL	8.140,00	22.691,96	22.971,96
Despesas Corrente	6.150,00	22.161,96	22.781,96
Despesas de Capital	1.990,00	530,00	190,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de Aposentadoria RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de Pensões RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	8.140,00	22.691,96	22.971,96
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	96.459,24	280.626,73	360.246,82
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO RPPS	96.459,24	377.085,97	737.332,79

Nota

- O saldo das disponibilidades financeiras do exercício de 2001 era R\$ 0,00

Águia Branca-ES, 12 de Julho de 2005

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

MARGARETH J. OLIVEIRA
Contador CRC-ES nº 6.900



Prefeitura Municipal de Água Branca

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS

Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a da LRF

(R\$)

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITA PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	REPASSE RECEBIDO P/COBERTURA DE DÉFICIT RPPS (e)
		Valor (b)	Valor (c)	Valor (d) = (a+b-c)	
2004	0,00	293.631,36	28.212,70	265.418,66	265.418,66
2005	0,00	309.906,56	34.874,10	275.032,46	275.032,46
2006	0,00	327.063,71	42.630,47	284.433,24	284.433,24
2007	0,00	343.497,25	53.987,01	289.510,24	289.510,24
2008	0,00	359.175,83	69.224,01	289.951,82	289.951,82
2009	0,00	375.932,97	81.356,09	294.576,88	294.576,88
2010	0,00	392.097,41	94.032,03	298.065,38	298.065,38
2011	0,00	406.628,22	110.641,30	295.986,92	295.986,92
2012	0,00	418.107,86	137.706,04	280.401,82	280.401,82
2013	0,00	429.650,57	162.118,60	267.531,97	267.531,97
2014	0,00	440.491,91	185.766,77	254.725,14	254.725,14
2015	0,00	447.249,27	219.652,93	227.596,34	227.596,34
2016	0,00	448.618,36	266.469,57	182.148,79	182.148,79
2017	0,00	442.087,04	330.048,95	112.038,09	112.038,09
2018	0,00	435.867,90	376.524,71	59.343,19	59.343,19
2019	0,00	428.692,58	415.542,01	13.150,57	13.150,57
2020	0,00	413.715,94	472.134,21	-58.418,27	58.418,27
2021	0,00	395.296,24	559.459,31	-164.163,07	164.163,07
2022	0,00	348.703,91	648.133,63	-299.429,72	299.429,72
2023	0,00	309.862,99	717.125,78	-407.262,79	407.262,79
2024	0,00	270.440,38	764.794,33	-494.353,95	494.353,95
2025	0,00	223.986,95	817.389,52	-593.402,57	593.402,57
2026	0,00	168.524,03	879.316,77	-710.792,74	710.792,74
2027	0,00	112.580,49	916.032,31	-803.451,82	803.451,82
2028	0,00	56.798,68	929.850,68	-873.052,00	873.052,00
2029	0,00	17.723,48	936.582,75	-918.859,27	918.859,27
2030	0,00	10.582,35	945.178,49	-934.596,14	934.596,14
2031	0,00	6.513,06	941.159,49	-934.646,43	934.646,43
2032	0,00	3.082,28	934.048,20	-930.965,92	930.965,92
2033	0,00	1.022,73	920.520,29	-919.497,56	919.497,56
2034	0,00	509,29	899.459,87	-898.950,58	898.950,58
2035	0,00	0,00	877.129,10	-877.129,10	877.129,10
2036	0,00	0,00	851.866,00	-851.866,00	851.866,00
2037	0,00	0,00	825.388,93	-825.388,93	825.388,93
2038	0,00	0,00	797.719,49	-797.719,49	797.719,49
2039	0,00	0,00	768.880,64	-768.880,64	768.880,64
2040	0,00	0,00	738.907,95	-738.907,95	738.907,95
2041	0,00	0,00	707.852,42	-707.852,42	707.852,42
2042	0,00	0,00	675.784,90	-675.784,90	675.784,90
2043	0,00	0,00	642.789,23	-642.789,23	642.789,23
2044	0,00	0,00	608.965,83	-608.965,83	608.965,83
2045	0,00	0,00	574.436,19	-574.436,19	574.436,19
2046	0,00	0,00	539.341,50	-539.341,50	539.341,50
2047	0,00	0,00	503.841,96	-503.841,96	503.841,96
2048	0,00	0,00	468.114,68	-468.114,68	468.114,68
2049	0,00	0,00	432.351,83	-432.351,83	432.351,83
2050	0,00	0,00	396.761,17	-396.761,17	396.761,17
2051	0,00	0,00	361.565,49	-361.565,49	361.565,49



Prefeitura Municipal de Água Branca

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS

Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a da LRF

(R\$)

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITA PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	REPASSE RECEBIDO P/COBERTURA DE DÉFICT RPPS (e)
		Valor (b)	Valor (c)	Valor (d) = (a+b-c)	
2052	0,00	0,00	327.000,52	-327.000,52	327.000,52
2053	0,00	0,00	293.314,16	-293.314,16	293.314,16
2054	0,00	0,00	260.760,72	-260.760,72	260.760,72
2055	0,00	0,00	229.594,87	-229.594,87	229.594,87
2056	0,00	0,00	200.063,13	-200.063,13	200.063,13
2057	0,00	0,00	172.394,28	-172.394,28	172.394,28
2058	0,00	0,00	146.789,66	-146.789,66	146.789,66
2059	0,00	0,00	123.412,84	-123.412,84	123.412,84
2060	0,00	0,00	102.380,28	-102.380,28	102.380,28
2061	0,00	0,00	83.752,59	-83.752,59	83.752,59
2062	0,00	0,00	67.531,50	-67.531,50	67.531,50
2063	0,00	0,00	53.658,35	-53.658,35	53.658,35
2064	0,00	0,00	42.017,17	-42.017,17	42.017,17
2065	0,00	0,00	32.441,59	-32.441,59	32.441,59
2066	0,00	0,00	24.725,74	-24.725,74	24.725,74
2067	0,00	0,00	18.637,81	-18.637,81	18.637,81
2068	0,00	0,00	13.933,63	-13.933,63	13.933,63
2069	0,00	0,00	10.370,77	-10.370,77	10.370,77
2070	0,00	0,00	7.720,94	-7.720,94	7.720,94
2071	0,00	0,00	5.779,18	-5.779,18	5.779,18
2072	0,00	0,00	4.369,74	-4.369,74	4.369,74
2073	0,00	0,00	3.348,69	-3.348,69	3.348,69
2074	0,00	0,00	2.603,44	-2.603,44	2.603,44
2075	0,00	0,00	2.049,90	-2.049,90	2.049,90
2076	0,00	0,00	1.628,18	-1.628,18	1.628,18
2077	0,00	0,00	1.297,57	-1.297,57	1.297,57
2078	0,00	0,00	1.031,62	-1.031,62	1.031,62

Água Branca-ES, 12 de Julho de 2005


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

MARGARETH J. OLIVEIRA
Contador CRC-ES nº 6.900